



## **INSTITUTOS FEDERAIS E POLÍTICAS CULTURAIS: UMA ANÁLISE DE CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Hortência Nepomuceno<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo realiza uma análise das interações entre as Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as políticas culturais brasileiras, enfocando as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cultura (MinC) entre 2003 e 2016. Destaca-se o processo recente de institucionalização da cultura e a valorização contínua das práticas culturais em ambientes acadêmicos federais. A abordagem metodológica adotada é qualitativa e descritiva, sustentada por um levantamento bibliográfico criteriosamente fundamentado. Este trabalho busca refletir sobre os possíveis impactos das políticas culturais governamentais na reconfiguração do espaço acadêmico, promovendo a diversidade cultural e estimulando a colaboração entre diversos atores sociais e suas manifestações culturais. A relação entre educação, política e cultura é crucial para entender o papel renovador das instituições de ensino superior na consolidação de uma sociedade mais inclusiva e democrática. Além disso, o artigo resalta desafios e oportunidades emergentes nesse cenário em constante transformação, oferecendo uma perspectiva contemporânea e holística sobre a questão.

Palavras-chave: Educação; Cultura; Política

**ABSTRACT:** This article conducts an analysis of the interactions between Brazil's Federal Institutions of Education, Science, and Technology and its cultural policies, focusing on the guidelines established by the Ministry of Culture (MinC) from 2003 to 2016. It emphasizes the recent process of cultural institutionalization and the ongoing appreciation of cultural practices in federal academic settings. The methodological approach adopted is qualitative and descriptive, underpinned by a meticulously grounded bibliographic review. This study seeks to contemplate the potential impacts of governmental cultural policies on the reshaping of the academic landscape, fostering cultural diversity and promoting collaboration among various social actors and their cultural expressions. The interplay between education, politics, and culture is pivotal to understand the rejuvenating role of higher education institutions in the pursuit of a more inclusive and democratic society. Furthermore, the paper underscores emerging

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Produtora cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). E-mail: hortencia.santos@ifba.edu.br



challenges and opportunities within this continuously evolving context, providing a contemporary and holistic viewpoint on the matter.

Keywords: Education; Culture; Policy.

## **1 INTRODUÇÃO:**

Dentro do contexto acadêmico brasileiro, observa-se um número considerável de iniciativas artísticas e culturais por parte das instituições de ensino superior. No entanto, a formalização dessas atividades através de uma política cultural consolidada é um fenômeno relativamente recente. Supõe-se que essa evolução esteja intrinsecamente ligada às agendas governamentais de 2003 a 2016, período em que o Ministério da Cultura (Minc) destacou o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC) como focos estratégicos. Este panorama influenciou profundamente a intersecção da cultura com a educação, motivando as instituições federais de ensino superior a reavaliar e estruturar suas intervenções culturais, ainda fragmentadas, visando realçar sua proeminente capacidade cultural.

Em relação aos institutos federais de educação, esta conjuntura apresenta-se ainda mais recente. Distintamente das universidades, tais institutos experimentaram diversas metamorfoses, tanto estruturais quanto conceituais, ao longo dos anos. Esta trajetória singular implica em desafios ampliados ao responder às crescentes demandas e expectativas socioculturais.

Os desafios em questão estão intimamente relacionados às concepções adotadas pelo modelo dos Institutos Federais, os quais acolheram e passaram a incorporar novas ideias e desafios sociais e culturais. Além disso, há uma explícita incorporação do compromisso de promover e incentivar uma política cultural, conforme refletido em documentos recentes. Dessa forma, baseando-se nas duas dimensões da cultura delineadas por Isaura Botelho (2001) – a antropológica e a sociológica – a adoção dessas



concepções direciona para diversas formas, modelos e estratégias de políticas culturais que podem ser planejadas e implementadas.

Segundo Botelho (2001, p.74), na dimensão antropológica, a cultura é produzida pela interação social dos indivíduos, os quais desenvolvem seus modos de pensar e sentir, constroem valores, gerenciam identidades e diferenças, e estabelecem rotinas. Em outras palavras, a cultura abarca todas as criações humanas, tanto simbólicas quanto materiais. Ao aplicar essa perspectiva na formulação de políticas que impactam a cultura, torna-se necessário implementar mudanças profundas que afetam estilos de vida de maneira significativa. Já a dimensão sociológica, abordada pela autora, não se manifesta no plano cotidiano do indivíduo, mas em um âmbito especializado, sendo uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e alcançar um público específico através de meios específicos de expressão.

Assim, Botelho (2001) delinea duas noções: uma mais abrangente, demandando um processo mais gradual e ocorrendo na mudança de hábitos e estilos de vida; e outra mais específica e pragmática, relacionada a um circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção e o consumo de bens simbólicos, como no caso das produções artísticas ou o turismo, por exemplo.

Verifica-se, então, que, no âmbito do Ministério da Cultura, a concepção antropológica prevaleceu como orientação para a reformulação e elaboração de novas políticas públicas de cultura no país. O ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, em 2003, denominou esse enfoque como "do-in antropológico", referindo-se à intenção do governo de revitalizar aspectos vitais, anteriormente negligenciados, do corpo cultural nacional. Essa perspectiva mais ampla da cultura caracteriza-se como uma estratégia para reerguer o setor e promover ações e reformas necessárias.

No contexto das instituições de ensino superior, torna-se essencial, ao formular regulamentos ou diretrizes para uma política cultural, considerar cuidadosamente os



caminhos e abordagens a serem adotados. Isso é crucial para evitar a queda em discursos vagos e abstratos, cuja realização se torna inviável. Por outro lado, é preciso evitar uma abordagem excessivamente restrita e pontual, que resulte em ações e projetos efêmeros, desprovidos de sistematicidade e com um elevado dispêndio de recursos, sem contribuir para efetuar mudanças ou intervenções substanciais na vida das pessoas. Contudo, é possível inferir que essas abordagens podem coexistir e se entrelaçar na busca por uma educação cultural que conceba a cultura como valores institucionais, ao mesmo tempo em que a compreende como um recurso<sup>2</sup> ou capital social com fins e propósitos específicos. Isso pode fazer parte de uma estratégia, uma vez que o potencial da cultura como geradora de riqueza material não pode ser dissociado de uma visão ampla da cultura, que também se revela como geradora de riquezas simbólicas, especialmente no contexto educacional.

Propõe-se, dessa maneira, examinar as concepções humanistas, sociais e culturais incorporadas pelos Institutos Federais, que se apresentam como um referencial inovador na área da educação profissional e tecnológica. Analisa-se, também, como essas instituições buscaram referências na área cultural em âmbito nacional, especialmente em documentos do Ministério da Cultura (Minc), a fim de atualizar normativas e concepções como estratégia para alinhar-se aos desafios contemporâneos na área da educação e cultura.

Nesse contexto, ao buscar manejar essas novas concepções de cultura em um cenário ainda recente de transição do modelo educacional — anteriormente representado por Escolas Técnicas e posteriormente Cefetes — observa-se que, ao longo da história,

---

<sup>2</sup> YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 615 p. A concepção de cultura de George Yúdice envolve um conjunto de recursos que atrai investimentos, podendo ser vinculada a diversas áreas como turismo, revitalização urbana, indústrias culturais, economia criativa, entre outras atividades relacionadas à criatividade. Segundo o autor, a cultura se desvincula das perspectivas tradicionais da alta cultura ou da cultura do cotidiano, conforme delineadas por correntes antropológicas. Ela passa a ser entendida como um espaço discursivo e técnico para gerenciar fenômenos associados ao imaginário do desenvolvimento econômico e aos processos de globalização. Além de atrair investimentos, a cultura também produz e mobiliza recursos, com o simbólico emergindo como um domínio permeado pela economia.



apesar de incentivarem e valorizarem práticas culturais, essas instituições direcionaram poucos esforços às áreas disciplinares voltadas para a reflexão e articulação da área cultural em âmbito institucional, dada sua natureza eminentemente técnica. Entretanto, mesmo após a estruturação dos Institutos Federais, ainda são escassos aqueles que oferecem cursos direcionados para tais áreas.

Atualmente, com essa mudança de abordagem, destaca-se que essas instituições enfrentam o desafio de lidar com estruturas antigas enquanto buscam incorporar concepções mais recentes. Equacionar essas contradições internas constitui um aspecto essencial desse processo em desenvolvimento, na busca pela consolidação do modelo dos Institutos Federais, que se pretende inovador, cultural e contemporâneo.

## **2 INTERAÇÕES ENTRE INSTITUTOS FEDERAIS E POLÍTICAS CULTURAIS:**

As políticas culturais públicas no Brasil têm sido caracterizadas por inúmeras mudanças e adaptações nos domínios político, econômico e cultural. Isso se evidencia ao considerar a conexão profunda entre regimes autoritários e tais políticas, um traço distintivo tanto do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) quanto do regime cívico-militar iniciado em 1964. Adicionalmente, Rubim (2007, p. 11) sublinha a natureza "atrasada, intermitente e paradoxal" destas políticas, bem como os muitos desafios que apresentam.

Na trajetória para o fim da ditadura, entre 1974 e 1985, o Brasil vivenciou uma transição gradual e prolongada rumo à democracia. A paisagem política nacional começou a sofrer alterações significativas na década de 1980, período que testemunhou o surgimento de movimentos questionando as estruturas estatais no contexto da democratização brasileira. Essa reconfiguração se manifestou na redefinição da relação entre o Estado e a sociedade, marcada pelo fortalecimento do espaço público e pelo



engajamento ampliado da sociedade civil nas tomadas de decisão sobre políticas públicas. Com a ratificação da Constituição de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", mecanismos de democracia direta e participativa foram estabelecidos. Além disso, esta Constituição consagrou a cultura como um direito constitucional, afirmando em seu Art. 215 que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais." (Brasil, 1988)

Durante a fase de transição e consolidação democrática (1985-1993), abrangendo os mandatos de José Sarney (1985-1989), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), observou-se a institucionalização do Ministério da Cultura (MinC). Nesse intervalo, quase uma dezena de personalidades ocuparam a liderança deste ministério. Tal inconstância não foi apenas reflexo das frequentes mudanças de ministros, mas também da fragilização do aparato cultural no âmbito federal durante a administração de Collor. O mandato de Fernando Henrique Cardoso marcou o término da transição democrática, e o estabelecimento de uma política neoliberal influenciou profundamente o domínio cultural, que passou a depender majoritariamente das leis de incentivo. Estes rearranjos conduziram a um cenário de negligência, descontinuidade e volatilidade no setor cultural. Diante desses impasses, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva enfrentou o desafio de reafirmar o papel proativo do Estado na formulação e implementação de políticas culturais. (Santos, 2015)

A constituição de um Sistema Nacional de Cultura, que articula os governos federal, estaduais e municipais, sem dúvida, é um projeto vital nesta perspectiva de institucionalização de mais longo prazo. O Plano Nacional de Cultura, votado pelo Congresso Nacional, como política de Estado, também é fundamental para uma institucionalização da cultura, que supere os limites das instáveis políticas de governo. A criação de Câmaras Setoriais para debater com criadores as políticas de cultura, também dá maior institucionalização à atuação do Ministério, pois possibilita a elaboração, interagindo com a sociedade civil, de políticas públicas, em lugar de meras políticas estatais de cultura. A descentralização das atividades do Ministério também é essencial para sua maior institucionalização. Nesta perspectiva, um programa como os Pontos de Cultura, que financiam pólos de criação e produção culturais – e não atividades eventuais – em todo o país são fundamentais para dar capilaridade à atuação ministerial. (...) O orçamento triplicado, apesar de ainda não ter



chegado ao 1% reivindicado, aponta este novo lugar para as políticas culturais no Brasil. (Rubim, 2007, p. 31-32)

Progressos significativos na esfera social são obtidos por meio da implementação do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que, desde 2005, tem atraído a participação de estados e municípios por meio da celebração de protocolos de intenção para sua adoção, com o propósito de:

[...] que cada ente federado tenha órgão gestor específico para a política pública de cultura, sistema de financiamento para execução das políticas, plano de cultura pactuado com a sociedade, conselho de cultura atuante, e participação na Conferência Nacional de Cultura, [...] que assegurem a permanência e desenvolvimento desse novo modelo de gestão para o setor cultural. (BRASIL, 2005)

A integração de políticas públicas voltadas para a cultura sob uma perspectiva democrática e com a ativa participação estatal representa uma inovação. Isso porque governos precedentes frequentemente se afastaram do papel proeminente do Estado, preferindo delegar estas políticas culturais ao mercado por meio de leis de incentivo (Barbalho, 2017). Entretanto, apesar da ampliada coordenação governamental, que promoveu esforços integrados na esfera cultural, o sucesso eleitoral do Partido dos Trabalhadores - PT (2003 – 2016) e os avanços em políticas sociais, não impediram o avanço de uma agenda conservadora no país. Este avanço culminou em 2016 com o que tem sido denominado "golpe midiático-jurídico-parlamentar" (Rubim, 2021, p. 37). As gestões de Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2020) adotaram medidas que desmantelaram a infraestrutura burocrática de gestão cultural no Brasil, estabelecida por governos progressistas anteriores. Esta regressão alinha-se à histórica relação problemática entre políticas culturais e tendências autoritárias no governo brasileiro (Rubim, 2007).

As flutuações no panorama das políticas culturais no Brasil têm sido influenciadas pelas transições de regimes políticos e administrações governamentais. Isso significa que expansões, retrações ou até a dissolução de infraestruturas governamentais destinadas à gestão cultural, bem como seus incentivos, frequentemente refletem mudanças políticas e percepções variadas sobre direitos sociais e constitucionais. Assim, mesmo estando



consagrada como um direito na Constituição, a cultura não é universalmente reconhecida como um direito social essencial, permanecendo muitas vezes em segundo plano no espectro político.

Contudo, mesmo com a extinção do MinC em 2019, permaneceu um legado significativo de projetos e ações organizadas, que foram testadas e postas em prática em parceria com a sociedade civil. Além disso, consolidou-se um amplo arcabouço jurídico voltado à temática cultural no país. A evolução e os subseqüentes desafios enfrentados por essas iniciativas culturais tiveram impactos em diversos setores, notadamente no educacional.

No âmbito educacional, observou-se um aumento na promoção de documentos, reuniões, seminários e grupos focados nessa temática ao longo da última década. Em 2013, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em colaboração com o Ministério da Cultura (MinC), o Ministério da Educação (MEC) e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), organizou o I Seminário Cultura e Universidade - *Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior*, em Salvador. Esse evento foi crucial para iniciar formalmente um processo de legitimação e institucionalização de políticas voltadas à cultura no ambiente acadêmico. No mesmo ano, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT), órgão de assessoramento do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), divulgou o documento "A Extensão Tecnológica para a Rede Federal de Educação". Em seus capítulos finais, aborda-se a "Política de Cultura na Extensão", ressaltando os diversos contextos culturais em que as instituições da Rede de Ensino Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) estão envolvidas, bem como seu papel junto à comunidade local. O documento ainda enfatiza os princípios fundamentais para ações culturais, como "respeito à diversidade cultural, acesso universal aos bens e serviços culturais, transversalidade das políticas culturais e garantia da cidadania cultural." (Conif, 2013).



Nesta perspectiva, é relevante destacar que o documento considera referências de normativas e legislações que reafirmam a cultura como elemento essencial à formação cidadã e à garantia dos direitos culturais estabelecidos pela Constituição Federal. Estes incluem: a) direito à diversidade e à diversidade cultural; b) direito à participação na vida cultural do país; e c) direito ao intercâmbio cultural. Além disso, o documento faz menção à Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui os Institutos Federais, delineando as concepções contemporâneas que embasaram a reconfiguração dessas instituições, incorporando a cultura como pilar central da formação educacional ofertada.

Na construção de seus projetos pedagógicos, visando o cumprimento da missão para que foram criados, os institutos federais deverão adotar como diretrizes:

- a compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua completude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, *cultura* e conhecimentos específicos;
- a sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e *culturais* locais, permeando-os das questões de diversidade *cultural* e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado. (Brasil, 2008, p. 9-10, grifo próprio)

No documento, é ressaltado o artigo 6º da mencionada Lei, no qual são esboçadas as finalidades dos Institutos Federais. A alínea IV sugere, de maneira indireta, a orientação da oferta formativa em prol da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Tais arranjos são discernidos por meio de um mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação destas entidades. Paralelamente, a alínea VIII indica a prerrogativa de fomentar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o avanço nas dimensões científica e tecnológica.

Por fim, o texto do FORPROEXT destaca os princípios e as diretrizes do Plano Nacional de Cultura, instituído através da Lei nº 12.343 (Brasil, 2010), como uma forte referência para as ações de extensão na Rede de Educação Profissional e Tecnológica que:



[...] devem estar alicerçadas nessas três dimensões para a *cultura (simbólica, cidadã e econômica)*, seguindo os seguintes princípios: diversidade das expressões culturais; universalização do acesso aos bens e serviços culturais; fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; transversalidade das políticas culturais; garantia da cidadania cultural.

A atuação dos Institutos Federais deve apontar no sentido de participação e estímulo à cultura junto à comunidade, e onde for possível, participar das definições e ações da política cultural nos Municípios, a fim de apoiar a construção plena da cidadania cultural onde estão inseridos.

As ações culturais no âmbito da educação profissional e tecnológica, em seus diferentes níveis de ensino, necessitam ser urgentemente formalizadas, valorizadas, apoiadas e multiplicadas sob os pontos de vista acadêmico e institucional, pautadas pela indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. (Conif, 2013, p. 58, grifo próprio).

Nessa mesma seção, o documento também ratifica a necessidade das produções culturais não serem “entendidas como ações pontuais e eventuais, mas sim constituir-se em perenes e *institucionalizadas*, de forma que tenham continuidade.” (Conif, 2013, grifo próprio).

No contexto atual da Rede Federal de Educação, é notável o avanço representado pela inclusão da pauta da institucionalização da cultura, uma vez que mesmo tendo uma relação antiga com a arte, cultura e a formação integral, as escolas técnicas são historicamente caracterizadas por uma tradição fortemente ligada aos cursos e práticas na área das engenharias. No entanto, é imperativo considerar que esta pauta originou-se no Fórum de Extensão, circunstância que, a princípio, delimita a cultura aos domínios da extensão. Em contrapartida, percebe-se que a concepção finalística que embasou a criação dos Institutos Federais aborda a cultura de maneira ampla, conforme observa Pacheco (2011, p. 15)

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas.



Desse modo, se revela contraditório o fato de, internamente, a instituição circunscrever a cultura exclusivamente ao campo da extensão, especialmente quando se adota a perspectiva antropológica presente no Plano Nacional de Cultura. Em consonância com esta reflexão, Isaura Botelho (2001, p. 74) afirma:

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de "equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários".(...)

Para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos. Ou seja, o processo depende de mudanças radicais, que chegam a interferir nos estilos de vida de cada um, nível em que geralmente as transformações ocorrem de forma bem mais lenta: aqui se fala de hábitos e costumes arraigados, pequenos mundos que envolvem as relações familiares, as relações de vizinhança e a sociabilidade num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente, o trabalho, o uso do tempo livre, etc. Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando.

Desse modo, apesar da questão cultural ser abordada no documento com certa cautela ao incentivar a interação entre ensino, pesquisa e extensão, é crucial reconhecer a existência de um paradoxo. Embora tal movimento seja louvável e inovador, na prática, a estrutura burocrática da instituição muitas vezes não favorece o diálogo efetivo entre esses domínios acadêmicos (ensino, pesquisa e extensão), ficando a cultura muitas vezes insulada ou diluída no domínio da Extensão, portanto, reduzindo seu potencial transformador.

Atualmente, nota-se um movimento ascendente nas Instituições Públicas de Educação brasileiras, que se direciona à implementação de uma estrutura transversal. Esta visa promover a autonomia da gestão da pasta, com o intuito de incentivar a esfera cultural. Tal perspectiva é corroborada pela crescente criação de Pró-Reitorias voltadas especificamente à cultura. Estas possuem autonomia administrativa e financeira e têm como objetivo integrar a cultura ao contexto institucional, conectando-a com o ensino,



pesquisa e extensão. Dentro dessa linha de pensamento, García Canclini (1987, p. 26) define política cultural como:

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (Garcia Canclini, 1987, p. 26).

Sob essa ótica, ao contemplar a institucionalização da cultura no panorama educacional e elaborar uma política cultural que responda aos anseios de sua comunidade — tanto interna quanto externa — e esteja alinhada com os desafios impostos pela própria instituição, torna-se fundamental compreender a política cultural em seu aspecto mais amplo. Em concordância com Canclini, Rocha (2016, p. 686) reitera a importância de conceber a política cultural em seu aspecto mais amplo, destacando-a como um “conjunto de intervenções”. Ela enfatiza que tais intervenções diferem-se de ações isoladas, conferindo sistematicidade, continuidade, abrangência e centralidade à atuação cultural dentro das instituições.

Estima-se que o movimento, atualmente disseminado entre as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e que destaca a importância de incentivar políticas culturais, tenha confluência com as ações iniciadas em 2015. Este ano é reconhecido como significativo para os Ministérios da Cultura e da Educação. Foi a partir deste período que se observou a divulgação do edital 'Mais Cultura nas Universidades'. Essa proposta posteriormente seria delineada pela fundação da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac) no contexto da administração de Juca Ferreira, durante o mandato de Dilma Rousseff, no Ministério da Cultura. Conforme declarações atribuídas a Ferreira, essa secretaria almejava desenvolver políticas e programas voltados ao fortalecimento das práticas e conhecimentos culturais nos ambientes educativos, visando enriquecer o repertório cultural de crianças e jovens brasileiros, assegurando assim seus direitos culturais (Ferreira, 2015).



Tainana Andrade (2018), estabelece um vínculo entre o referido edital e algumas diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC), que também abarca o Plano Nacional de Educação (PNE). Para consolidar essa interação, em 2014, o edital Mais Cultura nas Universidades foi anunciado, com a finalidade de incentivar a elaboração de Planos de Cultura nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras (universidades e institutos tecnológicos federais).

O edital é percebido como uma intervenção governamental que responde a uma necessidade emergente do panorama brasileiro, onde a cultura é reconhecida como pilar essencial em contextos políticos, econômicos e sociais (Andrade, 2018, p.6). No entanto, sua versão inicial foi alvo de questionamentos quanto à lentidão na integração das áreas e a inclinação a apoiar certas atividades culturais, em detrimento do incentivo à autonomia das instituições educacionais para desenvolverem suas estratégias. Andrade (2018) relata críticas quanto ao período designado para a formulação do plano cultural, sob a alegação de que um projeto desse calibre exige mais do que alguns meses de elaboração. A autora ainda destaca vozes dissonantes quanto ao padrão uniforme proposto pelo edital; instituições que não se encaixassem nesse modelo seriam preteridas, comprometendo o espírito de colaboração e diálogo com os órgãos propositivos. A inserção de pró-reitores no escopo avaliativo também é alvo de controvérsias, dado o potencial de interferência de agendas institucionais, em potencial prejuízo à qualidade do projeto cultural.

Apesar do término do Edital Mais Cultura nas Universidades e das discussões a respeito de seus mecanismos de incentivo, é incontestável que tal iniciativa serviu como elemento catalisador, induzindo várias instituições a considerarem a relevância da cultura em seus contextos administrativos. Observa-se uma resposta resiliente das entidades de ensino superior que, mesmo frente a desafios, persistiram em valorizar a cultura institucional nos tempos recentes. Tal empenho é evidente em iniciativas como o Diagnóstico Cultural da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a formulação das políticas culturais do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal do



Cariri (UFCA), entre outras. Estas entidades, em conjunto com outros estabelecimentos educacionais, prosseguiram no desenvolvimento e na aprovação de documentos que objetivam a instauração de políticas, planos e estratégias culturais. Portanto, mesmo com a interrupção do Edital, sua influência promoveu um movimento significativo, reforçando o entrelaçamento entre educação e cultura nas ações institucionais das universidades e institutos federais, mantendo a direção proposta mesmo após a finalização da iniciativa original.

Em adição a esse movimento, em 2017, surgiu o Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior (Forcult). Esta entidade se configura como uma coalizão de profissionais associados às IPES brasileiras, reunindo-se de maneira colegiada para discutir a importância da gestão cultural no contexto universitário. O escopo deste agrupamento inclui universidades, institutos federais e outras entidades educacionais similares. A razão fundamental para a constituição deste Fórum está na aspiração de criar bases para a sistematização de dados e diretrizes que orientem as políticas culturais nas IPES. De acordo com registros do Forcult de 2022, o quarto encontro nacional do fórum, realizado em 2020, teve a presença de 258 representantes de 87 diferentes instituições de ensino superior.

No atual cenário, é pertinente ressaltar a análise de Víctor Vich (2017) sobre a capacidade da política cultural em fomentar a institucionalização da cultura. Vich propõe que essa abordagem pode se estender para além dos espaços convencionalmente ligados à gestão cultural, aproveitando o poder inerente da cultura para estabelecer conexões transversais com múltiplos setores. Ele destaca a necessidade de "reorganizar o cotidiano [...] e auxiliar na criação de uma nova hegemonia" – uma revisão da cultura estabelecida, fundamentada na formulação de novos imaginários e mentalidades. Para Vich, uma autêntica mudança social implica modificações significativas no cotidiano das pessoas. Sob essa ótica, as políticas culturais devem convergir com iniciativas voltadas à educação, economia, saúde, habitação, meio ambiente, igualdade de gênero, segurança pública e enfrentamento à corrupção. Tal confluência ambiciona ultrapassar a visão da



cultura como simples entretenimento ou matéria de relevância apenas para especialistas (Vich, 2017).

O incentivo à diversificação de cursos superiores, juntamente com a expansão nas áreas disciplinares e a busca pela afirmação de suas diretrizes e propósitos – que compreendem a promoção e o estímulo à produção cultural tanto no ambiente acadêmico quanto externamente – não deve ser interpretada como uma tentativa de equiparação a modelos consolidados, como, por exemplo, universidades que mantêm uma longa tradição em cursos de artes.

É válido salientar que o modelo originário dos Institutos Federais, embora incorpore novos desafios, estabeleça uma identidade institucional para a rede a que pertencem, e seja caracterizado pela supervisão, regulação e avaliação de cursos de educação superior – mantendo uma autonomia relativa em harmonia com sua natureza jurídica de “autarquia federal”, entre outros aspectos – difere em sua concepção das universidades públicas.

Na realidade, o IF é uma organização de educação superior especializada na oferta de educação profissional e tecnológica com planejamento voltado para o desenvolvimento territorial local e regional através de oferta formativa orientada para a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, consideradas as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural. (Fernandes, 2017, p. 174).

Todavia, ao considerá-los como instituições públicas de ensino superior, é inegável a existência de inúmeras convergências, objetivos e compromissos sociais que os alinham às universidades, principalmente ao refletirmos sobre os desafios sociais e culturais enfrentados por ambas na busca pela democratização da educação. Nesse contexto, movidos pela inserção curricular da extensão, conforme estabelecido na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, relacionada ao Plano Nacional de Educação (PNE) e normatizada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, tanto universidades quanto institutos federais têm dedicado esforços para debater tal temática. Nesse escopo, a inserção da cultura no currículo, isto é, a curricularização da cultura por



meio da curricularização da extensão, também se mostra como um tópico central nas discussões. Nessa perspectiva, Almeida (2019) apresenta que:

[...] a cultura pode fazer parte da sala de aula, da aula de campo, das pesquisas, das avaliações pedagógicas, das estratégias e aplicação desses conhecimentos e das metodologias de ensino, uma vez que se considera que a cultura pode compor a formação do indivíduo e portanto, ao fazer isso, a cultura pode ser legitimada no currículo e ser reconhecida como tal mediante um olhar multiculturalista. As possibilidades metodológicas direcionadas para o ensino podem ser ampliadas por meio da interação com as manifestações culturais e artísticas. Isto pode potencializar a aprendizagem dos conhecimentos no ambiente universitário. Neste sentido, as artes, os saberes populares, as culturas estrangeiras, os esportes e demais outros aspectos que os indivíduos vivenciam podem se constituir como estratégias metodológicas para se trabalhar tanto a aplicação destes conhecimentos como para legitimar a aprendizagem. É possível o surgimento de questionamentos afirmando que a cultura se transforme em auxílio ou “muleta” para o ensino e por isso seja a isto reduzida. A utilização, no entanto, da cultura e das artes como ferramenta de metodologia pode ocorrer com reflexão crítica e política do papel que ocupam numa aprendizagem para além de uma perspectiva tecnicista, mecânica e que transponha as relações de poder e legitimação das desigualdades, na busca de um currículo multiculturalista, com legitimação e respeito aos conhecimentos propostos em cada área do conhecimento e em cada proposta metodológica. (Almeida, 2019, p. 8)

Os desafios supracitados estão intrinsecamente relacionados à valorização e fomento da cultura, reconhecida como um elemento vital e catalisador para uma formação integral, crítica, política e cidadã. Dessa forma, promover a afirmação de uma instituição de caráter multidisciplinar, ampliando o diálogo com domínios como artes, humanidades e ciências sociais, e que possa facilitar a transição de estudantes dos níveis técnicos para os superiores, almejando um perfil institucional menos restrito e mais abrangente, representa um desafio intrínseco aos Institutos Federais. Estes estabelecimentos, em sua trajetória, não devem se limitar à procura de inovação tecnológica, mas também devem buscar a inovação social, a economia criativa, a interação com saberes ancestrais e a conexão entre conhecimentos de diversas disciplinas. Tal intercâmbio visa identificar soluções inovadoras e eficientes para os desafios sociais, contemplando também a reflexão e análise de estratégias que ofereçam às comunidades os recursos indispensáveis para seu desenvolvimento social contínuo.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Observa-se, desse modo, que ao refletir sobre a institucionalização da cultura por meio de políticas culturais nos institutos federais, é crucial não se restringir apenas ao estabelecimento de acordos ou à ratificação de documentos institucionais. Embora essenciais para legitimar as práticas culturais, torna-se imprescindível a implementação desses acordos respaldados por orçamento adequado e, com isso, a revisão de práticas em busca de aprimoramentos na cultura organizacional existente. Essa cultura muitas vezes fundamenta-se em um *modus operandi* que, em diversas ocasiões, limita a assimilação de novos conhecimentos e metodologias, especialmente quando surge a competição interna por recursos e espaços políticos com segmentos já consolidados. Nos institutos federais, considerando sua histórica centenariedade e longa trajetória na educação profissional e tecnológica, persiste a busca por acordos e consensos relativos à expansão de seu campo disciplinar.

A aspiração por uma formação integral, multidisciplinar, voltada à cidadania e enriquecida culturalmente, se acentua em sua complexidade quando ponderada no contexto dos Institutos Federais, visto que tal formação deve ser contemplada tanto em níveis técnicos quanto superiores. Desse modo, refletir sobre a institucionalização da cultura no contexto educacional é também considerar a solidificação de uma política pública de cultura que seja estruturante, contínua, integrada, emancipatória e que fomenta a criatividade e inovação. Esses elementos devem estar intrinsecamente ligados aos saberes, às práticas sociais e culturais e à articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Percebe-se, portanto, que lidar com os desafios e aproveitar as oportunidades na convergência entre educação, cultura e política são aspectos fundamentais para fortalecer a natureza inovadora proposta pelo modelo dos Institutos Federais, com o propósito de consolidar uma sociedade mais inclusiva e democrática.



#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, José Robson Maia de. As Políticas e a curricularização da cultura na UFCA: O horizonte do Plano de Cultura. *In: XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Enecult, 2019, Salvador. **Anais do XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Enecult. Salvador: UFBA, 2019. v. 1.

ANDRADE, T. **Análise do Programa Mais Cultura nas Universidades: Política e Gestão Cultural em Instituições de Ensino Superior da Bahia**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.2, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 11.892**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.343**, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 dez 2010.

BRASIL. **Proposta de Estruturação Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: Secretaria de Articulação Institucional, 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16793572/Proposta-de-Estruturacao-Institucionalizacao-e-Implementacao-do-Sistema-Nacional-de-Cultura>>. Acesso em: 06 de mar. de 2023.

BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: O MINC e a politização do campo cultural brasileiro. **Políticas Culturais em Revista**, v. 10, p. 23-46, 2017.

CONIF. **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2013. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proex/documentos/conif-2013-extensao-tecnologica-rede-federal-1.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2023.

FERNANDES, Francisco C.M.. **Conexões e desconexões em 105 anos de educação profissional no Brasil**. 01. ed. Natal: IFRN, 2017. v. 01. 290p .

FERREIRA, Juca. **Entrevista com o Ministro da Cultura Juca Ferreira**. Entrevista cedida a Denise Marcos Bussolletti e Silvana de Araújo Moreira. *Expressa Extensão*, Pelotas, n. 1, p. 8-12, 2015. Disponível em:



<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/expressa/article/view/3266/2632>. Acesso em: 13 de março de 2023.

FORCULT. **Histórico do FORCULT**: alguns antecedentes. Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior Brasileiras. 2022. Disponível em: <https://forcultnacional.ufg.br/wp-content/uploads/2022/05/historico-do-forcult-1.pdf>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

PACHECO, E. M.. **Institutos Federais**: Uma Revolução na Educação Profissional e tecnológica. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2011. v. 1. 120p .

ROCHA, Renata. Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual. **POLÍTICAS CULTURAIS EM REVISTA**, v. 9, p. 674, 2016.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Balanco político-cultural do governo Bolsonaro**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas, TAVARES, Márcio (Org.). Cultura e política no Brasil atual. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 351.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007. p. 11-36.

SANTOS, H. S. N. **Políticas públicas de cultura para as cidades**: os casos do Recife e de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2015. v. 20. 289p.

VICH, Víctor. O que é um gestor? In: CALABRE, L; REBELLO, C. **Políticas culturais: conjunturas e territorialidades**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. p. 49-54. Disponível em: [https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2017/06/IC-POLCULTURAIS\\_vol3\\_ONLINE\\_AF.pdf](https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2017/06/IC-POLCULTURAIS_vol3_ONLINE_AF.pdf). Acesso em: 26 de novembro de 2021.